



Universidade do Minho
Centro de Investigação em
Ciências Sociais

CICS
Working paper 4

Empreendedorismo na Universidade do Minho

O caso dos diplomados das ciências sociais

Rita Moreira

Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho
rmoreira@ics.uminho.pt

Outubro-2011

ComTextos

Publicação eletrónica seriada do
Centro de Investigação em
Ciências Sociais

Universidade do Minho
Campus de Gualtar

cics@ics.uminho.pt

ISSN: 2182-7672

Resumo: O papel das instituições do ensino superior e a sua ligação ao universo de trabalho tornam central a reflexão em torno da importância da educação para o empreendedorismo e do seu impacto na dotação de um perfil de empregabilidade adequado para os jovens com qualificações superiores. A este nível entende-se que o empreendedorismo coloca novos e importantes desafios à Universidade que passam pela (re)definição das suas estratégias e pela adopção de mecanismos e de instrumentos úteis para o despertar de um “espírito” empreendedor e de inovação nos seus estudantes. Para ilustrar esta importância, o presente artigo procura explorar os resultados obtidos no diagnóstico realizado aos jovens licenciados das Ciências Sociais provenientes da Universidade do Minho, em particular no que diz respeito ao empreendedorismo. A partir da abordagem aqui apresentada, ambiciona-se perspectivar o papel do ensino superior para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos indivíduos, bem como avaliar o impacto de determinadas actividades formativas (formais e não formais), em contexto académico, para a aquisição de competências que contribuam para o reforço da empregabilidade.

Palavras-chave: ensino superior, empreendedorismo, diplomados das ciências sociais, empregabilidade

Abstract: The role of higher education institutions and their connection to the labour market highlight the importance of promoting a reflection about the importance of entrepreneurship education and its impact on the creation of an employability profile that is adequate for higher education graduates. This means that entrepreneurship presents new and important challenges to Universities which imply a (re)definition of their strategies and the adoption of useful tools and mechanisms in order to reveal an entrepreneurial and innovative mindset in their students. In order to illustrate the relevance of this matter, this paper seeks to explore the research data gathered through an online survey of social sciences' graduates from the University of Minho, particularly on the subject of entrepreneurship. Through this approach, this paper intends to put into perspective the role of higher education in the development of the entrepreneurial potential of individuals and assess the impact of some specific training activities (formal and non formal), in an academic context, for the acquisition of skills that might contribute to increase employability.

Keywords: higher education, entrepreneurship, social sciences' graduates, employability

Introdução

As profundas transformações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas conduziram, com maior ou menor impacto, consoante os países, ao incremento da flexibilização e da precarização do trabalho, à segmentação da mão-de-obra e ao desenvolvimento de formas atípicas de emprego. Assiste-se, igualmente, a uma (re)configuração dos processos de transição profissional dos jovens licenciados com trajectórias não lineares (e.g. formação, emprego, desemprego e inactividade) associadas a uma diversidade de estatutos ou condições (e.g. bolsheiro, estagiário, tarefeiro) em que prevalecem situações recorrentes de vulnerabilidade em relação ao emprego. Face à crescente incerteza, instabilidade e precariedade que caracteriza a maior parte dos percursos dos jovens que saem da universidade e acedem ao mercado de emprego, o debate sobre a empregabilidade tem estado no centro das preocupações políticas (Alves, 2008; Marques, 2007; Marques e Gaio, 2010; Gonçalves, 2010) e a sua análise assume-se relevante no actual movimento europeu de reforma do sistema de ensino superior decorrente do processo de Bolonha.

No actual contexto, a vertente do empreendedorismo assume-se assim como uma das vias possíveis de acesso ao mercado de trabalho, visível tanto pelas directivas comunitárias, como pelas políticas nacionais (QREN 2007–2013) e orientações programáticas por parte das instituições de formação em sentido lato, incluindo as do ensino superior. Em termos práticos, esta importância do empreendedorismo coloca novos e importantes desafios à Universidade que estão relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros actores (económicos, sociais, políticos, entre outros) desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura empreendedora e de inovação.

Apesar da mudança significativa registada ao nível do ensino do empreendedorismo na última década, ainda predomina, em particular ao nível do ensino superior europeu, uma abordagem pedagógica centrada na elaboração de planos de negócio, orientada para um núcleo muito restrito de cursos das áreas da economia e gestão. Ao mesmo tempo reconhece-se que o estímulo do espírito empreendedor nos estudantes (e.g. graduação ou pós-graduação) não passa somente pela incorporação de disciplinas de empreendedorismo nos currículos académicos. Essa é, de facto, uma forma demasiado institucional e formal de incentivar o empreendedorismo, sendo que há outras formas de o fazer que passam, por exemplo, pelas actividades, modalidades e

metodologias de aprendizagem que favoreçam o empreendedorismo de carácter transversal a todos os planos de estudo. Além disso, reconhece-se que a relação entre competências e empreendedorismo é dinâmica. Assim se justifica a importância das competências enquanto combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes, desenvolvidas num conjunto de actividades não formais ou extracurriculares que podem se revelar tão importantes quanto as qualificações formais.

Neste artigo procura avançar-se com conceito de empreendedorismo numa perspectiva mais ampla, procurando ultrapassar uma abordagem gestionária do fenómeno, associada exclusivamente à criação da própria empresa/emprego e/ou do negócio, considerando a importância da educação (em particular a superior) para o desenvolvimento de atitudes e disposições empreendedoras nos indivíduos para a “construção” dos seus projectos profissionais. Partindo desta ideia, reconhece-se com base em diferentes modelos teóricos (Volery, 2004; Redford, 2006; Martinez, Mora e Vila, 2007; Teixeira, 2008; Portela *et al.*, 2008) que há vários factores críticos que podem condicionar o processo empreendedor, a saber, o mercado, o financiamento, a sociedade, a universidade, entre outros.

Entende-se, a esse respeito, que o contexto académico constitui uma parte importante do ambiente dos estudantes e, como tal, está numa posição de destaque para mudar e incentivar as intenções empreendedoras. Ao promover nos seus currículos e actividades, os estágios curriculares, a mobilidade estudantil (nacional e internacional), as actividades extracurriculares, o desenvolvimento de competências transversais, a formação contínua e o empreendedorismo (nas vertentes educativa e organizativa), a Universidade assume a sua responsabilidade na preparação dos futuros profissionais que transcende a simples formação académica tradicional. Através do apoio à transição para a vida activa, aquela visa prepará-los também para desafios profissionais actuais e futuros, quer estes passem pelo trabalho assalariado ou independente.

Perante esta concepção, evidencia-se uma necessidade premente de desenvolvimento de uma atitude empreendedora nos estudantes do ensino superior através de actividades e metodologias de ensino que abordem os problemas e oportunidades da criação de novos negócios e desenvolvam o potencial empreendedor dos estudantes e que possam, efectivamente estimular a iniciativa empresarial. Situamo-nos, por isso, em plena discussão de políticas públicas de Ensino Superior. A este respeito, surgem-nos algumas questões: É possível ensinar empreendedorismo? Qual a importância do ensino superior na formação para o empreendedorismo? Que meios e

recursos as Universidades necessitam dispor para assegurar esta função? Que valor e reconhecimento são atribuídos a esta função/ papel da Universidade pelos outros agentes económicos? Será que no quadro de Bolonha há condições para avançar com a promoção do empreendedorismo académico? Quais as actividades, metodologias ou práticas pedagógicas podem ser adoptadas pelas instituições universitárias para o desenvolvimento do potencial empreendedor nos estudantes?

Neste artigo, apenas nos propomos ensaiar algumas das respostas a estas questões, procurando equacionar alguns obstáculos e factores críticos ao processo empreendedor, bem como perspectivar a importância para o fomento do empreendedorismo de determinadas actividades formativas em contexto académico. Utilizando parte dos resultados obtidos no diagnóstico¹ realizado aos jovens licenciados das Ciências Sociais provenientes da Universidade do Minho,² pretende-se analisar os seus percursos de empregabilidade, em particular no que diz respeito ao seu potencial empreendedor. A partir da análise das suas trajectórias académicas e profissionais, bem como das modalidades de transição profissional, ambiciona-se contribuir para a discussão e reflexão em torno da importância do ensino superior para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos indivíduos e, ainda, perceber como as actividades não formais ou extracurriculares, na academia, podem facilitar o processo de transição profissional dos jovens licenciados preparando-os para as suas próprias opções profissionais, quer estas passem pelo trabalho por conta de outrem, quer pela criação de auto-emprego.³

1 Esse diagnóstico enquadrou-se na dissertação de mestrado subordinada ao tema “*Mobilidade e Empreendedorismo no Ensino superior: o caso das Ciências Sociais*” (2009), desenvolvida no âmbito do projecto MeIntegra “*Mercados e Estratégias de inserção de jovens licenciados*”, pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da universidade do Minho, entre 2006/2007, sob a coordenação científica de Ana Paula Marques. Com esta investigação pretendeu-se conhecer a partir da temática da inserção profissional dos jovens licenciados, por um lado, os constrangimentos existentes a montante e a jusante para aceder ao mercado laboral e as estratégias (recursos e disposições) desencadeadas pelos jovens no decurso dos seus percursos formativos e profissionais; e por outro, compreender a relevância do papel do ensino superior no desenvolvimento de saberes e de competências que influem no modo como se configuram os processos de inserção profissional.

2 Baseada nas respostas a uma entrevista estruturada aplicada a um universo de 1161 jovens licenciados pela Universidade do Minho, durante o ano lectivo 2004/05, provenientes das fileiras científicas de “Humanidades”, “Ciências Sociais”, “Tecnologias” e “Engenharias”. A amostra constituída resultou numa quota de 40%, totalizando-se 464 questionários válidos. Contudo, os resultados apresentados neste artigo referem-se exclusivamente à amostra efectiva dos jovens licenciados das Ciências Sociais correspondente a 238 questionários aplicados.

3 Além do exposto, os resultados recolhidos nesta investigação, em articulação com a participação na equipa de investigação do projecto “*O potencial de empreendedorismo na Universidade do Minho*” (actualmente em curso) permitiram o enquadramento projecto de doutoramento da autora intitulado “*Empreendedorismo qualificado: políticas*

1. Educação empreendedora no Ensino Superior

As rápidas mudanças ocorridas nos cenários político, económico, tecnológico e social no mundo globalizado provocaram uma profunda transformação na dinâmica do mercado de trabalho. Um dos aspectos mais marcantes desta situação obriga à superação do desafio da escassez de empregos, nomeadamente no caso dos jovens com qualificações superiores que passa, cada vez mais, pela criação e desenvolvimento de novas competências, por meio de novas abordagens de relações entre o sistema educativo e o mundo do trabalho (Moreira, 2009).

Estas mudanças nas relações de trabalho, no estatuto e conteúdo das actividades exercidas, bem como nos modelos técnico-organizacionais de suporte ao desenvolvimento de uma “sociedade de conhecimento” exigem novos paradigmas assentes na aprendizagem ao longo da vida e na necessidade de cada um, individual e colectivamente, se preparar para a gestão da sua carreira.

Por conseguinte, a mobilização de competências técnico-científicas e transversais pressupõe que os jovens perspectivem os seus “futuros profissionais possíveis” através da capacidade de formulação de estratégias de inserção profissional que passam, cada vez mais, pela aprendizagem contínua em áreas afins e, inclusive, pela reconversão para outras áreas de formação, pelo conhecimento de técnicas de procura de emprego, pela criação do próprio emprego/ empresa, designadamente pelo empreendedorismo, entre outras acções. Na verdade, o que está aqui em causa é a capacidade de o jovem ser *autor* da sua carreira, do seu emprego/ empresa, do seu projecto de vida em geral (Marques, 2006, 2007).

É notório que nos últimos tempos se assistiu a uma extraordinária evolução dos cursos e programas sobre empreendedorismo em todos os níveis de ensino, e não existe praticamente nenhuma instituição do ensino superior que não apresente, no seu currículo, pelo menos um curso de empreendedorismo (Vesper e Gartner, 1999). Apesar dos avanços registados ao nível dos processos formativos, os dados apresentados no *Eurobarómetro do Empreendedorismo (2007)*⁴ não favorecem os europeus no que diz respeito ao espírito empreendedor. Assim, um dos principais desafios que se colocam à

do ensino superior e (re)configuração das trajectórias profissionais dos diplomados”, ao qual foi atribuído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/60807/2009) integrada no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS/UM).

4 Mais informações sobre o Eurobarómetro do Empreendedorismo (2007) disponíveis em:

http://ec.europa.eu/enterprise/enterprise_policy/survey/eurobarometer2007/eb2007report.pdf.

União Europeia (UE) e aos seus Estados-membro é a necessidade de estimular o empreendedorismo. Esse foi um dos objectivos ambiciosos estabelecidos no quadro da *Estratégia de Lisboa*, com vista a melhorar a *performance* em termos de emprego, reforma económica e coesão social no seio da UE. Desde então, a Comissão Europeia tem vindo a adoptar uma estratégia mais sistemática de educação para o empreendedorismo.⁵ Essa intenção torna-se mais evidente na comunicação intitulada “Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem”, publicada em 2006, em que a mesma instância apela à necessidade de criar na sociedade europeia um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, com base numa política integrada que tenha como objectivo não só mudar as mentalidades, mas também melhorar as competências dos europeus e eliminar os obstáculos que dificultam a criação, a transmissão e o crescimento das empresas (Comissão das Comunidades Europeias, 2006).

Ao reconhecer que os europeus se mostram relutantes em aproveitar oportunidades de emprego por conta própria e de actividades empresariais, a Comissão acredita que os sistemas educativos⁶ podem contribuir em grande medida para responder com êxito ao desafio do empreendedorismo na UE. Para tal, considera prioritário o desenvolvimento do empreendedorismo nos diferentes níveis de ensino, em particular no ensino superior e alargá-lo a áreas tão importantes para a competitividade da Europa como a engenharia, a ciência ou arte. Aliás, no conteúdo de vários documentos oficiais tem sido assumido que o ensino do empreendedorismo concentra-se sobretudo nos estudantes que seguem cursos de economia e gestão, sendo limitada a oferta de aprendizagem neste domínio para os estudantes de outras áreas de formação. Para contrariar esta tendência, a Comissão aconselha as universidades a integrar o empreendedorismo em diversas matérias dos seus programas de estudos, considerando que o seu ensino pode conferir valor acrescentado a todos os cursos (COM, 2006).

As vantagens associadas ao ensino do empreendedorismo nas universidades têm sido reconhecidas por vários autores. A este propósito, Filion (1999) propõe a necessidade de se promover um programa nacional de educação empreendedora que

5 Esta prioridade foi incluída na Agenda Europeia através de vários documentos, nomeadamente: *A agenda europeia para o espírito empresarial*, Comissão Europeia, COM(2004) 70 final de 11.2.2004.; e *Modernizar a política das PME para o crescimento e o emprego*.

6 Entendendo a educação facultada desde o primeiro ciclo do ensino básico até à universidade, incluindo o ensino profissional de nível secundário (formação profissional inicial) e os institutos técnicos de nível superior.

abarque todos os níveis escolares, em particular os campos de formação técnica e o nível superior e, na mesma linha de pensamento, e Vesper (1990) defende que este tipo de educação, na universidade, facilita o processo de criação de uma consciência empreendedora. O que de facto é comum nas suas propostas é que ambos enfatizam a importância do papel das instituições do ensino superior na formação de empreendedores, no sentido de criarem um ambiente favorável que estimule o espírito crítico.

Note-se, contudo, que a proposta de inclusão de unidades curriculares relacionadas com o empreendedorismo na estrutura curricular dos cursos não se afigura um processo fácil no quadro da actual reforma do ensino superior europeu que, como se sabe, implicou a redução para três anos da duração dos cursos de graduação, obrigando as instituições a reajustarem os seus planos curriculares, de forma a compensarem a diminuição do número de matérias leccionadas. É por isso que, para conseguir cumprir a sua nova missão de formar empreendedores, a Universidade terá de ser capaz não só de promover a inclusão de projectos pedagógicos dos cursos de graduação de disciplinas com conteúdos programáticos relacionados com a temática, mas também desenvolver uma postura empreendedora numa fase em que, segundo Guimarães (2002), os componentes substantivos do projecto pedagógico e os programas das disciplinas devem privilegiar a reunião de informações sobre o processo, desenvolvimento de atitudes e valores, adequação entre características pessoais e empreendedoras e análise de oportunidades e de viabilidade de negócios.

Apesar dos progressos alcançados, ainda há um longo caminho a percorrer até à consolidação de uma estratégia eficaz para o ensino do empreendedorismo nas instituições universitárias da Europa. Em vários países europeus já foram implementadas algumas boas práticas ao nível do ensino superior. O *7º Programa-Quadro* é um excelente exemplo disso. Todavia, ainda persistem barreiras que importa ultrapassar. Para além dos constrangimentos orçamentais que actualmente afectam as universidades verificam-se, igualmente, dificuldades em termos do enquadramento político-estratégico do empreendedorismo ao nível da governação académica. Tal situação obriga a uma (re)invenção do ensino superior europeu. Daí a necessidade de se desenvolver uma massa crítica de docentes que possam assegurar a formação para o empreendedorismo e, simultaneamente, incrementar a cooperação interuniversitária e territorial. Isto implica uma mudança das prioridades pedagógicas do ensino nas

universidades e o fomento de uma mentalidade inovadora e empreendedora, capaz de mudar paradigmas (Moreira, 2009).

2. Empregabilidade e empreendedorismo nas ciências sociais

Para analisarmos a empregabilidade e o empreendedorismo iremos centrar-nos nos resultados do diagnóstico realizado aos jovens licenciados das “Ciências Sociais”⁷ que concluíram o curso no ano lectivo de 2004/05 pela Universidade do Minho, procurando, por um lado, contrastar e identificar as trajectórias de empregabilidade destes jovens no interior da fileira das Ciências Sociais; e por outro, traçar o perfil (e.g. curso, género, idade, estatuto civil) dos jovens que optaram pela vertente do empreendedorismo como alternativa de inserção profissional. Também serão analisadas as disposições motivacionais e os apoios que estiveram na base da sua opção profissional, bem como as potencialidades da formação de cariz profissionalizante e da participação em actividades extracurriculares para a aquisição de competências transversais e para o desenvolvimento de perfis de empregabilidade transferíveis para o mercado de trabalho.

2.1. Perfil sociográfico dos entrevistados

A exploração da informação de natureza sociográfica do diagnóstico realizado aos jovens licenciados das Ciências Sociais confirma que se está perante uma população jovem com uma idade média que ronda os 25 anos. Assim, a distribuição por grupos de idades revela-nos que é entre os grupos de 23 e 25 anos que se concentra a maioria dos licenciados (70%), seguindo-se os 21% dos entrevistados que apresentam idades iguais ou superiores a 26 anos e apenas 4% têm 30 ou mais anos. Apesar do leque de idades variar entre um mínimo de 22 anos e um máximo de 42 anos, e tendo-se registado um significativo desvio-padrão, os dados indicam que se está perante um grupo de entrevistados que pertence a um grupo etário mais jovem com percursos escolares contínuos.

7 Na presente investigação, a delimitação do objecto empírico abarcou onze (11) licenciaturas da Universidade do Minho da área das Ciências Sociais, nomeadamente: Sociologia, Comunicação Social, História - Ramo científico, Arqueologia, Geografia e Planeamento, Economia, Gestão, Negócios Internacionais, Relações Internacionais, Administração Pública e Psicologia.

No cruzamento da idade com o curso e o sexo dos entrevistados, constata-se que tendencialmente são mais os jovens com idades superiores a 25 anos do sexo masculino provenientes da licenciatura de Administração Pública. Em contrapartida, as jovens do sexo feminino com idade igual ou superior a 26 anos estão mais representadas nos cursos de História – Ramo científico e Administração Pública. Todavia, é nas licenciaturas de Arqueologia, Economia Negócios Internacionais e Geografia e Planeamento que se verificam as médias etárias e os níveis de dispersão mais baixos.

A estrutura da amostra por sexo demonstra uma diferença acentuada das mulheres (75%) face aos homens (25%), revelando uma elevada taxa de feminização na área das “Ciências Sociais”, que acompanha a tendência nacional ao nível do ensino superior. Neste sentido, confirma-se a presença maioritária das mulheres no contexto das Ciências Sociais, apesar de se verificar uma clara segmentação por licenciatura, na medida em que os cursos de Comunicação Social (93,3%), Psicologia (89,7%) e Sociologia (89,9%) são aqueles que apresentam um peso mais elevado de mulheres. No entanto, há cursos em que se verifica um maior equilíbrio entre homens e mulheres como é o caso de Arqueologia (50% para o sexo masculino e 50% para o sexo feminino) e de Administração Pública (45,5% para o sexo masculino e 54,5% para o sexo feminino).

Relativamente ao estatuto conjugal, verifica-se que os entrevistados são, na sua maioria, jovens solteiros (92%), apresentando-se residual na nossa amostra aqueles que são casados ou vivem em união de facto (5% e 2%, respectivamente). Tendo presente a idade média dos mesmos que, como vimos se localiza nos 25 anos, estes resultados permitem reforçar a tese do adiamento da constituição de uma família independente da família de origem como traço comum aos jovens em início da sua vida profissional. Assim, o tempo de duração destes processos torna-se, em si mesmo, marcado pela diversidade de situações e pela transformação das representações tradicionais de emprego e de trabalho. Há casos em que se assiste a fenómenos de extensão no tempo dos estudos (materializada numa aposta em formação pós-graduada), assim como das posições intermédias e precárias até se conseguir obter uma posição estabilizada no domínio da vida profissional e familiar/privada.

2.2. Situação face ao emprego

No momento da realização do diagnóstico, a situação profissional dos jovens demonstra algumas vulnerabilidades face ao emprego para os diplomados na área das Ciências Sociais, dado que apenas 57% dos entrevistados declara trabalhar por conta de outrem a tempo inteiro. Esta situação percebe-se ainda pela elevada percentagem de jovens em situação de desemprego e inactividade (27%). Os dados aqui apresentados vêm colocar uma vez mais em evidência o carácter selectivo do desemprego.

Em independência contratual, ou seja, como trabalhador independente/ empresário encontram-se 12% dos jovens. Apesar de se tratar de uma percentagem relativamente pequena, esta é importante na medida em que se trata de jovens em início de uma carreira profissional que optaram pela criação do próprio emprego/ empresa com vista à “construção” de trajectórias alternativas de transição profissional.

Os casos de inactividade correspondem a 19% dos entrevistados. Além destes, 8% estão desempregados e 4% trabalham a tempo parcial. Se somarmos estas percentagens, pode verificar-se que 31% dos jovens se encontram numa situação de precariedade que, no limite, poderá conduzir a uma situação de exclusão do mercado de trabalho. Tal poderá acontecer, por exemplo, quando se acumula, por longos períodos de tempo, estatutos de inactivo ou após a vivência de várias experiências de desemprego de muito longa duração.⁸ Portanto, está-se perante uma tendência para a proliferação de situações diversas que comportam condições de trabalho e estatutos, acompanhadas, igualmente, de expectativas diferenciadas.

Esta situação corrobora uma maior precarização das relações de trabalho dos jovens licenciados oriundos das “Ciências Sociais” comparativamente aos das Engenharias e Tecnologias que apresentam uma situação profissional baseada numa relação de trabalho dependente (71%), ao passo que os que integram as “Ciências Sociais” apresentam maior diversificação da sua situação face ao trabalho. São proporcionalmente mais os que referiram nunca terem trabalhado, os que declararam ser trabalhadores independentes,⁹ ou ainda, estarem desempregados (Marques, 2007). A

8 Segundo a definição oficial (IEEFP), está-se perante um desemprego de longa duração quando se está há mais de um ano desempregado e de muito longa duração, quando essa vivência ultrapassa dois anos. Nesta categorização, não estão contempladas as situações que designadas de “desemprego oculto” ou “desencorajado” que, muitas vezes, são assumidas como situações de inactividade.

9 Trabalhadores por conta própria (D.L. 159/99 de 11 de Maio).

relação entre a situação na profissão e a licenciatura apresenta-se, nesta análise, muito importante.

Com base na informação recolhida, os entrevistados que apresentam menor vulnerabilidade face ao emprego assente numa relação assalariada dependente a tempo inteiro pertencem sobretudo aos cursos de Economia, História – Ramo científico, Negócios Internacionais e Administração Pública. Pelo contrário, os licenciados que apresentam maior fragilização em relação ao emprego (desemprego, inactividade, trabalho em *part-time*) pertencem aos cursos de Geografia e Planeamento, Relações Internacionais e Sociologia.

2.3. Traços dos empreendedores

O facto de se trabalhar por conta própria comporta diversas condições e estatutos profissionais que podem ir desde o profissional liberal até ao pequeno comerciante ou ao pequeno camponês, tornando opacas, assim, várias realidades de trabalho sob a mesma designação. Entende-se, deste modo, que o profissional liberal pode esconder ou conhecer diversas situações de classe não enquanto profissional liberal, mas se tiver ou não propriedade, diploma, trabalhadores assalariados por sua conta, entre outros (Freire, 1995; Rebelo, 2003). Esta real ou aparente opacidade pode advir da posição ou localização contraditória de classe (Wright, 1997).

Dada a importância do empreendedorismo para a superação do aumento exponencial das situações de precarização do emprego, importa apresentar o perfil dos jovens empreendedores entrevistados. Trata-se de uma percentagem pequena da nossa amostra – que representa cerca de 12% do total dos licenciados entrevistados – embora do ponto de vista qualitativo, será importante explorar alguns dos traços de definição deste segmento populacional em relação ao empreendedorismo.

Numa análise mais aprofundada da população empreendedora, os dados obtidos mostram que os empresários (que representam cerca de 2% do total da população entrevistada) são maioritariamente do sexo masculino, solteiros e com mais de 25 anos, pertencendo aos cursos de Gestão e Comunicação Social. O grupo dos trabalhadores independentes (que representam cerca de 10% do total da população entrevistada) é composto sobretudo por mulheres, sendo que a maioria é solteira e tem menos de 25 anos. São sobretudo as licenciadas dos cursos de Psicologia, Sociologia e Comunicação Social que exercem actividades independentes.

Cingindo-nos apenas às motivações apresentadas, percebe-se que foi sobretudo a dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho na área de formação frequentada que motivou 40% dos entrevistados para a criação da sua própria empresa/emprego. De facto, a inexistência de emprego na área de estudos é o principal motivo apontado para a criação da própria empresa/emprego. Em seguida destacam-se a atracção pela autonomia e independência (20%) e a inexistência de empresas na área de negócio projectada (21%) como as duas razões mais apontadas.

Em contrapartida, a maioria (71%) dos empreendedores admite que não solicitou nenhum tipo de apoio para a criação da sua empresa/emprego (com algumas referências pontuais à Universidade do Minho, à UNIVA, ao IEFP e à ANJE), ao mesmo tempo que reconhece que o estágio, a experiência profissional anterior e as actividades extracurriculares constituem os aspectos mais úteis no desenvolvimento do espírito empreendedor e na concretização posterior de uma experiência ao nível do empreendedorismo.

2.4. Competências e potencial empreendedor

Perante os desafios da globalização e competitividade exige-se, cada vez mais, recursos humanos que sejam capazes de mobilizar o seu conhecimento para darem uma resposta atempada, em contexto de acção e de interacção, às constantes mutações do mercado (Barbier, 1996; Le Boterf, 1997; Perrenoud, 2001). Ao se passar de uma lógica *taylorista* de organização do trabalho, centrada no *posto de trabalho*, para uma lógica *pós-taylorista* centrada na *situação do trabalho*, a qualificação redefine-se no sentido de se articular com a competência. Em certa medida também a própria noção de qualificação tem vindo a ser substituída pela de *competência*, designando o conjunto de conhecimentos, capacidades de acção e comportamentos estruturados em função de um objectivo e inserido num determinado tipo de situação de trabalho (Aubret *et al.*, 1993). Não se trata de eliminar uma expressão por outra, mas de ser capaz de posicionar os contributos que ambas introduzem ao se enfatizar a missão, a informação, a cultura e as *competências* como elementos centrais em qualquer organização (Moreira, 2009).

Confrontadas com estes desafios, as políticas de emprego e de educação tendem a ser orientadas por medidas pró-activas para incentivar o empreendedorismo, bem como do reconhecimento da importância das competências para aumentar a empregabilidade dos indivíduos, no sentido de criarem, encontrarem ou se manterem num emprego. Para

tal, o investimento estratégico na formação e na capacitação científica e tecnológica deve ser concebido sob a óptica da empregabilidade e da coesão social (Santos Silva, 2005). Assim, num contexto económico difícil onde o emprego se torna incerto, o capital de competências torna-se um recurso indispensável para os sujeitos gerirem da melhor forma a sua mobilidade profissional e a sua empregabilidade (Le Boterf, 1997).

Não restam, hoje, dúvidas de que a tendência para um alargamento das actividades desempenhadas pelos jovens que têm de fazer “prova” das suas competências profissionais – visível já na crescente incorporação dos diferentes tipos de saberes a mobilizar – proporciona-lhes vantagens adicionais na configuração do trajecto de profissionalização. Deste modo, é de assinalar a relevância das competências técnico-científicas, que a formação académica proporciona, e sobretudo das competências transversais. Essa relevância torna-se mais evidente quando perante uma listagem constituída por 21 modalidades¹⁰ de competências transversais, os entrevistados das Ciências Sociais referiram as seguintes seis (6), por ordem de importância: trabalho em grupo, inovação e criatividade, aprendizagem contínua, capacidade de resolução de problemas e características de relacionamento interpessoal.

Encarada nesta perspectiva, a transição profissional de um jovem licenciado depende da sua capacidade para se manter num mercado profissional, selectivo e incerto, a partir do momento que ele consegue fazer prova da polivalência e flexibilidade dos seus conhecimentos/competências junto dos empregadores e/ou do seu grupo de pares. Para isso, este terá de compreender o papel do seu posto de trabalho na organização e a importância que assume o seu desempenho nessa mesma organização (e.g através de uma identificação da missão, objectivos, envolvente e cultura organizacional).

10 A listagem completa das 21 competências transversais apontadas pelos entrevistados contempla as seguintes: Trabalho em grupo; Orientação para o cliente; Resolução de problemas; Autonomia; Adaptação à mudança; Inovação e criatividade; Liderança; Planeamento e organização; Aprendizagem contínua; Identificação de oportunidades; Disponibilidade; Influência/persuasão; Relacionamento interpessoal; Negociação; Iniciativa; Persistência; Auto-controlo; Tomada de decisão; Motivação; Gestão de conflitos; Assunção de risco; Influência/persuasão; Relacionamento interpessoal; Negociação; Iniciativa; Persistência; Auto-controlo; Tomada de decisão; Motivação; Gestão de conflitos; Assunção de risco.

Menos ligado a uma ideia de permanência da relação contratual, a manutenção da empregabilidade do diplomado depende, também, da capacidade deste em evitar o desemprego ou a desvalorização da sua formação académica, incluindo disponibilidade para a formação contínua ao longo da vida. Em termos estratégicos, este “intra-empendedorismo” – capacidade de empreender no interior da organização (Drucker, 1993) – poderá traduzir-se numa maior capacidade de adaptação e reacção do diplomado à organização e às pressões exógenas.

Ora, esta capacidade empreendedora poderá indiciar, em certa medida, um elevado potencial de empregabilidade, mas também uma eventual predisposição para a empresarialidade, numa lógica de criação do próprio emprego/empresa. Por este motivo, a vertente do empreendedorismo tem vindo a ser reconhecida como um dos mecanismos de acesso ao mercado de trabalho, alvo de novas políticas e orientações programáticas por parte das instituições do ensino superior. Estas, por sua vez, visam a aquisição e desenvolvimento de competências que poderão ter um impacto (positivo) na empregabilidade dos diplomados e ser desenvolvidas num conjunto de actividades não formais ou extracurriculares. Sobre este aspecto, os dados do nosso diagnóstico confirmam a ideia de que as actividades de fomento do empreendedorismo poderão contribuir, em larga medida, para aumentar as oportunidades de emprego, uma vez que a maioria entrevistados empreendedores revelam que o estágio, a experiência profissional anterior e as actividades extracurriculares foram as experiências mais úteis no despertar do espírito empreendedor e na concretização do seu projecto empresarial.

A investigação empírica revela ainda que as experiências extracurriculares e não formais se apresentam como processos que, em paralelo com a formação académica, permitem o desenvolvimento de importantes competências transversais e/ou a aprendizagem de outros conhecimentos e saberes, bem como a possibilidade de conferir uma dimensão prática a todo o processo formativo. Também a sua análise permite-nos, embora de forma indirecta, verificar a abertura da universidade e os seus estudantes ao exterior/comunidade envolvente. Além disso, os dados apontam inequivocamente para a importância que as actividades extracurriculares assumem, já que permitem adquirir experiência profissional e competências transversais que os entrevistados reconhecem terem sido úteis no acesso ao mercado de trabalho. De facto, mais de metade destes jovens reconhece que participou em actividades extracurriculares ao longo da sua formação académica (55%). Entre as actividades extracurriculares desenvolvidas pelos

entrevistados destacam-se as de âmbito cultural/recreativo (23%), académico (18%) e profissional (13%).

Em termos globais, a avaliação que os entrevistados fazem da sua participação nestas actividades é também muito positiva, sobretudo ao nível do enriquecimento pessoal, do alargamento da rede de conhecimentos e do apuramento do sentido de responsabilidade e de cidadania. A ideia que importa reter aqui é a de que o fomento de actividades não formais e extracurriculares em contexto universitário, directa e indirectamente, em articulação com a formação académica permite preparar os desempenhos profissionais futuros. Na prática, as competências transversais são expressão de um dos factores mais decisivos, a par da licenciatura e, eventualmente, da classificação final, no processo de transição para o mercado de trabalho. Tais dimensões remetem-nos para a importância da aquisição de competências transversais para o desenvolvimento de perfis de empregabilidade capazes de responder com êxito às exigências de um mercado laboral em constante mutação.

3. Balanço conclusivo

A linha de argumentação avançada neste artigo reconhece que a actual instabilidade e precariedade do emprego têm vindo a forçar a mudança de atitudes relativamente às opções de carreira dos jovens qualificados, estabelecendo um contexto favorável à criação do auto-emprego, o que explica o renovado interesse por parte das instâncias europeias e nacionais pelo empreendedorismo como modalidade alternativa de transição profissional.

Ao integrar o ensino do empreendedorismo, nos seus currículos e actividades, a Universidade assume a sua responsabilidade perante a sociedade na preparação dos futuros profissionais, que transcende o ensino académico formal, preparando-os para responder com êxito à complexidade dos actuais desafios profissionais.

Com efeito, os resultados do diagnóstico corroboram a tese de que a transição dos jovens licenciados das Ciências Sociais para o mercado de trabalho, a obtenção do emprego/trabalho e os desempenhos profissionais variam em função quer das origens sociais e escolhas escolares que permanecem ancoradas no modelo tradicional de divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 1999), quer dos impactos das experiências durante o percurso académico e as competências adquiridas, em concreto das actividades extracurriculares e do estágio, quer, ainda, da envolvente regional e das

dinâmicas de emprego. A tese da não linearidade e homogeneidade das trajectórias profissionais encontra sustentabilidade empírica dadas as diferenças substantivas nas relações entre o diploma e o subsequente emprego na sociedade globalizada (Marques, 2006, 2007).

Da análise do diagnóstico poder-se-á concluir que, de um modo geral, a posse do diploma pode ter impactos no trabalho e emprego de muitas maneiras: facilitar a transição para o mercado de trabalho, abrir oportunidades de emprego, potenciar competências-chave inovadoras e empreendedoras. Deste modo, os resultados demonstram que 12% dos licenciados na área das Ciências Sociais são empreendedores (incluindo as situações de empresários e de trabalhadores independentes), podendo a vertente do empreendedorismo constituir uma modalidade alternativa de transição profissional, particularmente importante para este segmento populacional. A estrutura das motivações permite-nos perceber que são as dificuldades de inserção no mercado de trabalho na área de formação, a falta de empresas na área e a atracção pela autonomia e independência que justificam a escolha dessa opção profissional.

Igualmente, os dados recolhidos evidenciam que a difusão desejável do empreendedorismo passa, cada vez mais, pela capacidade de mobilização de competências técnico-científicas. A trajectória profissional assume-se, portanto, como uma construção activa, não linear, que implica que os indivíduos sejam capazes de planear o seu projecto profissional, de modo a facilitar a construção de projectos profissionais e de estratégias de transição profissional adequadas, tendo em consideração as suas características pessoais e as suas escolhas escolares, bem como o meio onde se encontram inseridos e as oportunidades de emprego aí existentes. Isso implica, como vimos, que os estudantes desenvolvam no contexto académico um conjunto de actividades formativas (formais, não formais e informais) que permitam a aquisição de conhecimentos, saberes e competência que permitam o reforço da empregabilidade. São exemplos, as actividades extracurriculares (e.g., de natureza lúdica, associativa, académica ou cultural), as actividades curriculares (cursos de graduação/pós-graduação e cursos/unidades curriculares de especialização/) e as experiências profissionalizantes de contacto prévio com o mercado de trabalho (e.g., através de mini-estágios, estágios curriculares, outras experiências profissionalizantes). Além destas, poderão ser desenvolvidas diversas actividades em contexto do ensino não formal ou informal que contribuam para o desenvolvimento de competências técnicoprofissionais e transversais associadas à formação profissional (cursos de

formação profissional específica, informática, línguas estrangeiras, etc.), à mobilidade internacional (através de bolsas *Erasmus* e *Leonardo da Vinci*), ou mesmo ao empreendedorismo (e.g., participação em concursos de ideias, criação do auto-emprego/empresa), capazes de criar novas estratégias, podendo, desse modo, facilitar a sua empregabilidade no futuro.

Rita Moreira é actualmente bolsreira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e está integrada no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho com o projecto de doutoramento intitulado “*Empreendedorismo qualificado: políticas do ensino superior e (re)configuração das trajectórias profissionais dos diplomados*”, sob a orientação científica da Prof. Ana Paula Marques da Universidade do Minho.

As suas principais áreas de interesse científico são: i) trabalho, transição profissional e empregabilidade; ii) educação e políticas do ensino superior; iii) mobilidade e empreendedorismo académicos; iii) cooperação e redes universitárias).

Nos últimos anos participou em diversos projectos de investigação do CICS/UM financiados pela FCT, pelo Governo Português, pela União Europeia e pela Comissão Europeia. Destes projectos foram feitas publicações científicas e relatórios técnicos da sua autoria e em co-autoria. Também exerceu funções como promotora e directora do *spin-off* académico Laboratório MeIntegra Universidade do Minho, entre 2008 e 2009.

Bibliografia

- Alves, N. (2008) *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: EDUCA & Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Aubret, J. *et al.* (1993) *Savoir et pouvoir: Les compétences en questions*. Collection Gestion (Presses universitaires de France) (1ère éd.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Barbier, R. (1996) *La recherche action*. Paris: Ed. Anthropos/Economica,.
- Bourdieu, P. (1999) *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- COM – Comissão das Comunidades Europeias (2006) Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sob o título *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem*. Bruxelas: COM(2006) 33 final, de 13 de Fevereiro.

- Drucker, P. (1993) *Post-capitalist society*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- Filion, L.J. (1999) “Empreendedorismo: Empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios”. *RAUSP*, 34 (2): 5–28.
- Freire, J. (1995) *O trabalho independente em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- Gonçalves, C.M. (2010) “Emprego dos licenciados universitários: Reflexões em torno de dois estudos”. In AAVV (orgs.) *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Guimarães, L. (2002) “O empreendedorismo no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação em administração: Análise da organização didático-pedagógica destas disciplinas em escolas de negócios norte-americanas”. In *XXVI Encontro Anual da ANPAD*, em Salvador. Disponível em <http://www.anpad.org.br>.
- Le Boterf, G. (1997) *De la compétence à la navigation professionnelle*. Paris: Les Editions d’Organisation.
- Marques, A.P. (2006) *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- Marques, A.P. (2007) *MeIntegra – Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte – Relatório final*. Braga: Coleção DS/CICS, Universidade do Minho.
- Marques, A.P. e Gaio, M. (orgs.) (2010) *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Martinez, D.M. (2007) “Entrepreneurs, the self-employed and employees amongst young european higher education graduates”. *European Journal of Education*, 42 (1): 92–112.
- Moreira, R. (2009) *Mobilidade e o empreendedorismo no ensino superior: O caso das ciências sociais*. Tese de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Perrenoud, P. (2001) *Porquê construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades*. Porto: ASA Editores.
- Portela, J. (coord) (2008) *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

- QREN (2007–2013) *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007–2013 Portugal*. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/7AE6E0FD-E344-4506-9E8A-69C314560511/0/QREN.pdf>.
- Rebello, G. (2003) “Trabalho independente em Portugal: Empreendimento ou risco?”. Lisboa: *Dinâmia Working Paper*, 32.
- Redford, D (2006) “Entrepreneurship education in Portugal: 2004/2005 national Survey”. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 12 (1): 19–41.
- Santos Silva, M. J. (coord) (2005) *Concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio do Ensino Superior – Relatório*. Universidade da Beira Interior. Disponível em www.qren.pt/download.php?id=64.
- Teixeira, A. (2008) “Attitudes of higher education students to new venture creation: A preliminary approach to the Portuguese case”. *FEP Working Papers*, nº 298 (Oct.), Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Vesper, K.H. (1990) *New venture strategies*. Prentice Hall, N.J: Englewood Cliffs.
- Vesper, K.H. e Gartner, W.B. (1999) *University entrepreneurship programmes*. Lloyd Greif Center for Entrepreneurial Studies, University of Southern California.
- Volery, T. (2004) “Entrepreneurship and enterprise education in Europe: What must be learned and what can be taught”. *EntreNews*, Issue 2/2004: 2.
- Wright, E.O. (1997) *Classes*. London: Verso.